

Maior vigilância

por Bruce Clark e Robert Chote
do Financial Times

O Grupo dos Sete principais países industrializados adotou uma série de propostas de seus ministros das Finanças, com o objetivo de reforçar a estabilidade do sistema monetária internacional. Recomendaram que a vigilância sobre políticas econômicas nacionais sejam intensificadas, enfocando os riscos tanto do G7 quanto de países de fora do grupo. A cooperação entre o segundo escalão dos ministérios das Finanças, do FMI e dos bancos centrais também deve ser fortalecida na sequência das reuniões ministeriais.

O G7 igualmente recomendou intensificar a cooperação entre mercados, a fim de fortalecer a fiscalização sobre instituições financeiras, incluindo-se aí uma organização melhor das ligações entre as autoridades fiscalizadoras dos setores bancário, de ações e de seguros. Deveriam ser incrementadas tanto uma regulamentação quanto uma fiscalização integradas nos mercados emergentes, assim como os reguladores de todo o mundo deveriam exercer maior pressão sobre o setor privado para tornar as atividades de mercado mais transparentes.

Os mercados derivativos foram

destacados como uma área de risco importante, a respeito da qual o G7 defendeu a necessidade de se ter informações cada vez melhores e mais transparência sobre as operações desses mercados.

O G7 também elogiou o comportamento das taxas de câmbio das principais moedas internacionais ao longo do último ano, considerando esse desempenho como "um desenvolvimento positivo e promissor". Os ministros comprometeram-se a manter sua cooperação nos mercados de moedas, observando que as intervenções dos governos foram sempre mais efetivas quando coordenadas e no momento oportuno e também quando reforçaram mudanças nas políticas e fatores econômicos fundamentais.

Os governantes do G7 incluíram em seu comunicado final, além dos temas políticos de sempre, considerações sobre a ecologia e o meio ambiente, comprometendo-se a conceder "a maior prioridade" à integração de preocupações ambientais na formulação de políticas econômicas e, nesse sentido, sondar a possibilidade novos sistemas de avaliação de recursos naturais, como a qualidade do ar, do solo e da água.